



casadesarmento

centro de estudos do património

Núcleo de Documentação Abade de Tagilde | Casa de Sarmento | © Sociedade Martins Sarmento

Casa de Sarmento
Centro de Estudos do Património
Universidade do Minho

Largo Martins Sarmento, 51
4810-241 Guimarães
E-mail: casa.sarmento@csarmento.uminho.pt
URL: www.csarmento.uminho.pt

EVOCAÇÃO

Quem, pela leitura das descrições do que foi Guimarães há dois para três séculos e pelos raros indícios que ainda hoje nos restam, possa reconstituir na mente o quadro interessante da vila dêsse tempo — sentirá por certo abraçá-lo uma saudosa tristeza e meditará, desalentado, na banalidade dos nossos dias e na maldade e insensatez dos homens.

Se porventura a cidade ofertasse ainda a nossos olhos o mesmo aspecto da vila que desapareceu (excluindo as inadiáveis mudanças resultantes das necessidades do saneamento e alargamento extra-muros), quanto mais curiosa, quanto mais bela e mais tipicamente portuguesa de lei ela seria do que êsse arremêdo que para aí vemos, com fóros de cidade há pouco mais de meio século, e que sistematicamente os homens estragam, derrubam, mutilam e descaracterizam, num vandalismo inconsciente e petulante de ignorância atrevida, de falta de espírito prático e sensibilidade artística! As entidades que determinam e dispõem nesta terra estão sempre animadas duma incansável vontade de manejar o camartelo, talvez para que, após a destruição, tenham o ensejo ridículo de se enfeitarem com uma cabeleira e uma luneta à Pombal, pretensos reedificadores e executores dum plano simplista e geométrico de arruamentos rectilíneos, traçados cegamente sobre um lacónico, inexpressivo e incorrecto desenho topográfico da cidade, levantado não sei por que apon-tador ou ignoto mestre-de-obras! Mas, afinal, até hoje, dêsses projectos fantasistas dos chamados "melhoramentos" só temos visto a destruição, ficando para aí a descoberto a magra ossada, a carcaça cariada dos velhos pardieiros. Estes beneméritos da terra fazem-me lembrar operadores de cirurgia que, depois de retalha-

rem o paciente, o abandonassem com a operação incompleta, cloroformio no nariz e os golpes em aberto! No meio de tão arraigada sanha demolidora e com tão ignorante critério, por certo que, dentro em breves anos, nada restará a atestar a nossa vida passada, a nossa tradição, os nossos costumes, tudo isso que nos deu uma individualidade marcante e que a gente de hoje não compreende nem sabe respeitar. O poeta Afonso Lopes Vieira, a propósito da recente tentativa de destruição do Arco de Almedina, em Coimbra, chama a Portugal «país arrasado pelo cafrealismo camarário e particular». Tristíssima verdade incontestável.

A França, por exemplo, terra de gente culta e ancestralmente artista, sabe tratar e defender os seus monumentos com um carinho e cuidado quasi religiosos! Em Boulogne-sur-Mer, para citar ao acaso mas a propósito, existe intacta uma cinta de muralhas em tudo semelhante àquela que os vimaranenses destruíram aos poucos e que tão caracteristicamente cercava a nossa antiga vila; pois durante a Grande-Guerra os bolonheses, para que nenhuma bomba ou granada pudesse derrubar esses muros antiquíssimos, arreararam as ameias, uma a uma, e, pacientemente, protegeram toda a muralha com sacos de areia. Ao contrário, em Guimarães nós temos sido sempre o «boche» das nossas próprias heranças artísticas e dos nossos documentos tradicionais; tomámos à nossa conta o cuidado não de proteger mas de destruir o pouco que tínhamos de belo, de mais curioso, de mais típico!

Quem iniciou a derruição dos muros da vila e suas torres foram os cônegos da Oliveira, a pretexto de desassombrarem esse abôrto de data recente que é o edifício da Colegiada, à S.^a da Guia, o qual já por sua vez tinha mascarado, parasitariamente, a igreja de N.^a S.^a da Oliveira, também pelos cônegos rebocada a estuque, «alindada» e mutilada (1830) nos seus capitéis, nas suas arcadas góticas, nas suas abóbadas, nos seus claustros! (1) Seguidamente a esta primeira demolição,

(1) A formosa janela que ilumina o côro, hoje estupidamente fechada por uma parede lisa, com quatro óculos envidraçados, foi mandada restaurar, visto ameaçar ruína, por determinação do arce-

começada pela torre da S.^a da Guia e parte do muro, em 1788, foi, a pouco e pouco, desaparecendo toda a muralha, devido à incapacidade hereditária das sucessivas câmaras municipais. A última torre a vir abaixo, já completamente desmantelado quasi todo o muro, foi a de S. Bento, em 1870. Medite-se, por um momento, como seria linda e curiosa a cidade se ainda hoje tivesse em pé esta cintura de muralhas creneladas, com suas portas armoadas e altas torres de flanqueamento!

Mas, infelizmente, a destruição sistemática não se tem praticado só em Guimarães. É geral por esse país fora, valha a verdade, em atenuante dos reformadores locais. Um exemplo: entrando há tempos na praça forte de Valença-do-Minho notei a falta da curiosa ponte levadiça que ali existia, com suas pesadas correntes de ferro e grossos madeiros de carvalho. Informaram-me que a engenharia militar (oh! desconchavo de coisas portuguesas!...) tinha mandado levantar os pranchões da ponte, facilmente destrutíveis pelo

bispo de Braga, D. Henrique, em visita à Colegiada de Guimarães em 9-10-1537, conforme consta dum documento do arquivo da mesma colegiada: «...e asy ho espelho de pedra da parede do dito coro q. estaa muito perigoso /e em neçessidade de se segurar e coreger e pollo q. encomendamos muito aos ditos prior e cabido q. mandem segurar e coreger as sobreditas cousas o mays em breue q. poderem poys vem quam neçyssareas sam/». Porém, dezassete anos mais tarde, ainda a janela se conservava sem ter sofrido modificação nem *corregimento* algum, não obstante o aspecto de ruína, visto que, em 25-11-1554, nova intimativa foi feita ao prior e cabido pelo arcebispo D. Baltasar Limpo, agora com a ameaça de multa de 10 cruzados se na visitação seguinte encontrasse ainda a obra por executar: «...mandamos ao prior e cabido q. até a prim.^{ra} visitaçõ mandem fazer e acabar o espelho do coro o q.^l sera redondo bem obrado com vidraça branca e rede de fio da p.^{te} de fora o que cumprirá até o dito termo sob pna de dez +.^{os}» (Arquivo da Colegiada).

Vê-se pois por estes documentos que o vandalismo praticado na esplêndida janela, o tal «redondo bem obrado com vidraça branca», deve datar de 1554 ou do ano seguinte, e não pode, em consequência, atribuir-se aos cônegos, como erradamente se atribui, durante as mutilações da igreja que estes praticaram quasi três séculos mais tarde.

O esclarecimento foi-nos amavelmente indicado pelo Ex.^{mo} Sr. João Lopes de Faria.

tempo, e colocado em seu lugar esta coisa prática e duradoira: um estupendo passadiço de pedra e cimento! A gente pergunta, assombrada e atônita com tanto vandalismo, onde existe e onde emprega a sua actividade uma vaga Comissão dos Monumentos Nacionais!...

Reatando: em Guimarães o massacre e arrasamento não se limitou à demolição consciente e propositada das suas muralhas cinco vezes seculares. Repare-se nas mutilações e deturpações que tem sofrido tantos e tam formosos monumentos que possuíamos intactos: — O que resta hoje da bela estrutura gótica dos conventos de S. Francisco e S. Domingos? O que nos resta da Oliveira do voto de D. João I, para não ambicionarmos, já, ter ainda em pé o edifício românico da Mumadona? O que salvamos do palácio dos duques de Bragança (hoje quartel de infantaria!) que na criteriosa opinião do architecto Corrodi teria sido um dos mais belos monumentos nacionais do princípio do século XV? O que escapou dos antigos paços do Conde Henrique de Borgonha, começados a demolir, em 1665, pelos frades capuchos?... E tantas outras coisas belas, tantos livros de pedra a atestarem grandeza, a mostrarem ideal, a afirmarem a raça, e essa mesma raça persistente em negar-se a si própria, destruindo-os bárbaramente! E' certo que a muitos déles a própria acção exclusiva do tempo, o incansável demolidor, se encarregou de os fazer tombar. Não é porém menos certo que tamanha incúria é destruir como não obstar quanto possível a que o tempo ou outro agente destrua. No primeiro caso — ignorância, no segundo ainda pior — o desleixo.

Tôdas as cidades antigas, com tradições e fundas raízes nas velhas idades, trabalham por conservar a sua feição primitiva e, sem que essa paz antiga seja perturbada, construi-se a parte nova, a cidade nova, que não contende nem implica com aquilo que já está feito de outras eras. As povoações devem alargar, engrandecer, crescer pela periferia: Guimarães, pelo contrário, teve sempre a idea paradoxal de alargar interiormente, *de fora para dentro*, espécie de dilatação íntima que conduz necessariamente à congestão. Porém, não tenta ao menos crescer para o ar, qual Nova-York miniatural, mas, dentro dum espaço restrito,

pretende crescer por tumefacção. Daí talvez a consequência de os muros caírem: a cidade era uma barriga inchada que rebentou um cinto, no último furo!

Isto dá como resultado immediato que, pretendendo tornar-se maior, Guimarães apresenta sempre a mesma área, mudando apenas de máscara. Construi-se hoje para destruir amanhã. Lembrámo-nos todos, porque é caso bem recente, da verdadeira «chinesice» da mudança do jardim do Toural para o largo de S. Francisco e, vice-versa, a deslocação da estátua de D. Afonso Henriques, que ocupava o largo, para o campo do Toural! Andaram as pobres árvores e arbustos com as raízes a nu, passeando *de carro*, dum lado para o outro; o pesado Afonso, perplexo no novo local, hesitando em voltar o brônzeo dorso a Braga ou à estação do caminho de ferro, e tanto trabalho e dispêndio para, afinal, ficar tudo, não digo já dum modo semelhante, mas talvez um pouco pior! Quanto preferível seria traçar-se um novo largo, um grande jardim, um parque noutro local e deixar aqueles rossios na doce paz do seu velho aspecto! Não se procedeu assim porque certos terrenos, próximos da cidade, que as câmaras tinham a obrigação de utilizar e conseguir, em benefício dos munícipes, para a transformação em jardins públicos, foram sucessivamente adquiridos por particulares, mediante quantias mínimas, mais do que acessíveis à bolsa do Município (Mata do Cavalinho, jardins do palacete de Vila-Flor, matas do Convento da Costa, etc.).

A actividade das Câmaras de Guimarães, no período dos últimos 25 anos, cristalizou, estéril, esgotada na construção das chamadas «avenidas», numa canalização de águas que hoje se encontra perdida, ou pouco menos, por falta de reparações e novas explorações, numa iluminação eléctrica, e numas dezenas de casas... atiradas a baixo. A esta inacção camarária andou sempre aliada, para complemento, a indiferença dos altos poderes e a passividade da iniciativa particular. Nem um teatro amplo, nem um grande hotel, nem um ou mais bairros novos, nem comunicações aceleradas com importantes centros vizinhos, nem um edificio público apropriado e decente (uma cadeia, uma estação-postal, um quartel, um museu, uma escola, etc.), nada! Ape-

nas destruição, desleixo, mutilação, «deita-abaixo»!... Eis a obra de um quarto de século!

Os próprios ricos de agora vivem em casas miseráveis, nesta terra! Não há um palmo de terreno expropriado onde se construa, uma rua que irradie, um tentáculo que se distenda. A aranha da cidade teima em conservar as pernas contraídas. E, todavia, ainda temos ruas sem casas, como a de Serpa Pinto, com magníficos terrenos a expropriar, dum e outro lado. E todavia há esplêndidos campos e locais por onde êsses braços da cidade podiam romper, sem ser necessário estar, dia a dia, a destruir a parte antiga da terra, tam curiosa e original. Abram-se ruas por êsses campos fora para que ao menos os novos ricos possam edificar os seus característicos *chalets* e *vilas*. Mas — por Deus! — não destruam mais, não ponham mais ossadas à mostra, deitem nos papéis velhos, senhores camaristas, as obnoxias ideas e projectos de *avenidas* no coração do antigo burgo! Tenham dó da nossa terra, senhores que na nossa terra tudo mandam como em país de conquista e sob a nossa indiferente e criminosa aquiescência! Quando a outra razão se não queira atender, hoje, que o despotismo contributivo do Estado, agravado com a inacção e ganância dos artifices, desapossa o proprietário e o inibe portanto de construir, resultando daí em parte a crise da falta de habitações, não agravemos mais essa crise, destruindo o pouco que está em pé e que, pelas circunstâncias, não pode ser facilmente substituído! Renovem, reparem, conservem mas não destruam! Alarguem, mas não estraguem. Veja-se essa rua da S.^a da Guia, essa rua de Donães, essa praça de S. Tiago, êsse largo de S. Paio — o que lucraram, afinal, com as demolições? Nada, que se veja...

E agora, e por fim, que me perdoem também os patrióticos inovadores e os partidários da eterna mudança designarem-se aqui as ruas pelos seus antigos nomes, mas nunca pude habituar-me por completo e conformar-me com estes nomes de agora, invariavelmente arrancados ao restrito calendário republicano, e que parece roubar até o próprio carácter às ruas crismadas! Não nos sôa bem, por exemplo, que a rua de Santa Maria, uma das mais antigas da cidade, conhe-

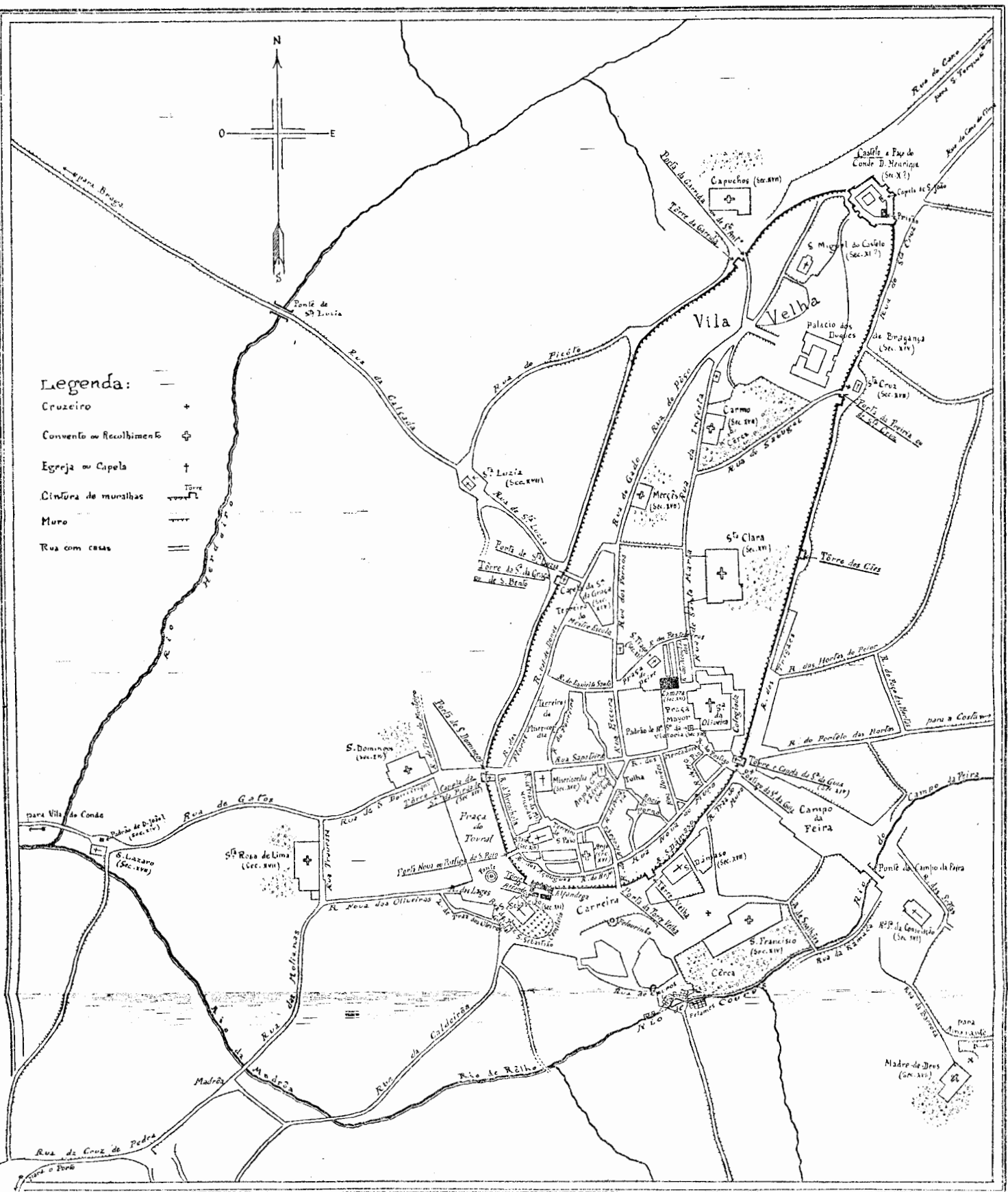
cida por êsse nome desde os princípios do séc. XIII, passe a chamar-se agora rua de *Elias Garcia*! Por muito venerando e prestimoso cidadão que tenha sido êste, não existe o direito de, em sua honra ou memória, quebrar a tradição que vem de tantos séculos, que perdurou, que tem cabelos brancos e fala do passado!...

Guimarães linda, doutro tempo, dum tempo que eu não vivi mas que eu idealizo e recomponho, carinhosamente, no espirito, Guimarães ingénua, com teus muros e tôrres e conventos, com tuas janelas de crivo, com tuas capelas, teus oratórios e cruzeiros, com tuas fontes cantantes, Guimarães do passado, destruída e crucificada dia a dia! — olha a tristeza de hoje, a boçalidade, o característico, a decadência com prosápias de civilização e modernismo!...

Pobre terra a minha, que já foi das mais lindas de Portugal!

MÁRIO CARDOZO.

Nota — Para os curiosos e os que teem amor à tradição e o culto piedoso das coisas mortas, desenhei a pequena planta de Guimarães que vai junta a estas nótulas, com a cintura de muralhas e as ruas primitivas e seus nomes, tal como deveria ser por meados do século XVII. Reportei-me às descrições do P.^e Torquato e Carvalho nem sempre expressas numa linguagem clara; é portanto natural que tenha algumas deficiências. — M. C.



Planta de Guimarães



em meados do século XVII